

Política

ADUBOS TREVO GRUPO LUXMA

ALIANÇA DEMOCRÁTICA

Ulysses convoca dissidentes do PMDB

por Cecília Pires de Brasília

"Somos uma família baúlenta. Somos uma família napolitana, em que a mulher às vezes quer arrebentar a cabeça do marido, mas se alguém fala mal do marido, ela é capaz de dar um tiro, matar." Essa foi a forma com que o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, definiu, na sexta-feira, seu próprio partido e as brigas internas que ameaçam constantemente implodir a sigla.

"Claro que, nessa orquestra, tem de Bach a Pinguinha. O meu esforço tem sido sempre o de unir. Nas questões fundamentais, nas votações, nos parlamentos, sempre estamos unidos", afirmou Ulysses ainda contestou as queixas feitas pelo presidente do PFL, senador Marco Maciel, quanto à divisão de espaços no ministério entre os dois partidos.

PMDB, as suas. O ministério traduz a importância do partido, o número de constituintes e de governadores que obteve nas últimas eleições. A projeção do governo com relação ao PMDB tem o testemunho das urnas e, portanto, dos cidadãos", afirmou Ulysses também concordou com as afirmações do secretário de Imprensa da Presidência, Frota Neto, que, em nome do presidente, disse, como resposta ao PFL, que quem quiser romper com o governo, "que rompa".

Agora, o presidente do partido está preocupado com o intenso processo de debates e tentativas de entendimentos entre todos os partidos a fim de que se obtenha consenso para o anteprojeto da Constituição.

tendimentos entre todos os partidos a fim de que se obtenha consenso para o anteprojeto da Constituição. "Muitas vezes se consegue um caminho comum. Se não for possível, isso faz parte da democracia, não tem problema, vamos voltar em plenário", afirmou.

tuante de forma a permitir a apresentação de um substitutivo ao projeto do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral.

"Só pondero que estamos na reta final com esse substitutivo. Não conheço nenhuma outra matéria que tivesse tanta oportunidade de ser emendada nas subcomissões, depois nas comissões temáticas. Agora vem a fase de apresentação de emendas populares e acredito que se terá dado oportunidade de um amplo debate. Isso é suficiente para fazermos uma Constituição", concluiu.

Já o senador Mário Covas discorda de Ulysses: Convencido de que o PMDB, após sua última convenção nacional liberou seus membros para uma ação própria em relação às diretas para presidente da República em 1988, decidiu que subirá no palanque em qualquer manifestação suprapartidária pelas eleições presidenciais após a promulgação da Constituição.

Na sexta-feira, em São Paulo, ele disse que iria ao comício organizado em Manaus se não estivesse restabelecendo-se do cateterismo para avaliar suas funções cardíacas no Incor, mas adiantou que no próximo dia 7 de agosto deverá participar de um em Caruaru (PE).

"O racha é visível", diz Bisol

por Milton Wells de Porto Alegre

"Os adversários mais poderosos do PMDB na Constituinte pertencem ao próprio PMDB", declarou o senador gaúcho José Paulo Bisol. Disse que seu partido "não pode continuar com duas caras", e informou que a facção chamada progressista, liderada pelo senador Mário Covas, deverá exigir do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, que utilize os questionários distribuídos aos convenções do partido, no fim da semana passada, para "separar o joio do trigo".

Apesar de a Constituinte, em tese, não comportar necessariamente a fidelidade partidária, ele sustenta que os pemedebistas que não fecham com o programa do parti-

do em temas como a reforma agrária, o monopólio estatal do petróleo, a empresa nacional e a propriedade privada com direito relativo e não absoluto, devem ser excluídos do partido.

"O racha é visível, e a manutenção deste quadro vai representar uma traição ao povo", disse o senador. Ele reconhece as dificuldades que o deputado Ulysses Guimarães está enfrentando, mas observa que não gostaria de ver a conjuntura destruir a sua biografia. Bisol considerou a convenção "o fato mais triste da história do PMDB". E reiterou que o PMDB deve revelar a sua verdadeira face: "Quem é o PMDB?", indagou. "É o partido do Covas, Fernando Henrique e outros, ou o partido do Prisco Viana, Carlos Sant'Anna e Roberto Cardoso Alves?". Bisol confessou-se decepcionado com a atuação do partido na Constituinte, e disse que os governadores do PMDB são meros "mendicantes e suplicantes do governo federal".

com a atuação do partido na Constituinte, e disse que os governadores do PMDB são meros "mendicantes e suplicantes do governo federal".

Enquanto não houver uma reforma tributária, ele prevê que os governadores vão continuar mendigando a Sarney, pois caso contrário não terão como governar.

O senador gaúcho acha muito difícil que os constituintes possam elaborar uma Constituição moderna do ponto de vista social e econômico, e previu que os avanços alcançados nas comissões de Soberania e Direitos Humanos, da qual foi relator, e de Ordem Social, serão alterados durante os debates da Comissão de Sistematização. "Isso tudo vai culminar com uma Constituição sintética e inoperante", resumiu.

GOVERNO

UDR começa a agir no segundo escalão para fazer seu "lobby"

por Andrew Greenlees de Brasília

Um dia após ter sido recebido em audiência pelo ministro Iris Rezende, da Agricultura, o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, continuava a percorrer os corredores do governo federal, na sexta-feira.

Acompanhado por um grupo de diretores da UDR, Caiado esteve na Companhia de Financiamento da Produção (CFP), órgão responsável pela definição dos preços mínimos na agricultura, dos valores básicos de custeio (VBC) e dos estoques reguladores do governo. Os ruralistas queriam conhecer, segundo informações do repórter Ivanir José Bortot, o sistema de cálculo dos preços mínimos. Receberam a promessa de que terão acesso aos detalhes.

A UDR deseja conhecer estes dados para usá-los na preparação da reunião do próximo dia 30 com o ministro da Agricultura, da qual participarão outras entidades representativas de produtores rurais. O encontro, de caráter oficial, visa à apresentação de sugestões dos líderes rurais quanto aos preços mínimos.

"Não houve aproximação do governo com a UDR", assegurava, na sexta-feira, o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire. Para ele, seu colega da Agricultura atendeu a uma solicitação "de um segmento social". Freire informou ainda que a UDR não procurou para qualquer audiência, mas, se isto ocorrer, aceitará, "mesmo que eu não concorde com as idéias do segmento que solicitar um contato".

"Queda da inflação reduz o nível de turbulência"

por Edson Bó de Brasília

O ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, acredita que a queda da inflação — estimada em 2,8% pelo presidente José Sarney — poderá repercutir favoravelmente nas relações do governo com a classe política, reduzindo, assim, o atrito hoje verificada com algumas facções partidárias, que ele, prudentemente, preferiu não especificar.

O ministro entende que a economia exerce uma influência preponderante no processo político do País, que pode ser beneficiado com o sucesso do plano editado pelo titular da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. "Quando você tem uma economia controlada, isso favorece a estabilidade política", acentuou. O secretário de imprensa,

Frota Neto, segue o mesmo raciocínio do chefe do Gabinete Civil. "A queda da inflação, sem dúvida, reduz o nível de turbulência política dentro da Aliança Democrática, pelo fato de ajudar a conter as pressões sociais, reflexos do aumento do custo de vida e da perda do valor real dos salários, conforme acentuou. Costa Couto reconhece que o governo enfrenta um momento difícil na área política.

Disse que Sarney está avaliando o quadro e que só vai definir alguma posição depois de "a poeira assentar". O ministro reafirmou a disposição do governo de ampliar sua base de sustentação parlamentar. Segundo ele, o governo não faz restrições a nenhum partido. "Em política, quando temos objetivos comuns, até as paralelas se encontram", afirmou.

Para o governo, o País começa a mudar

"Nenhum presidente de qualquer País do mundo seria popular com uma inflação mensal de 26%", afirmou o líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique, ao comentar o crescimento da popularidade do presidente José Sarney, evidenciado por uma pesquisa do Instituto Gallup, atestando que 48% das pessoas entrevistadas voltaram a confiar no presidente depois da edição do Plano Bresser.

Em entrevista, em Salvador, na sexta-feira, o deputado disse que a queda da popularidade de Sarney só ocorreu devido à crise econômica após o Cruzado II, mas observou que com a adoção do Plano Bresser "as coisas começaram a mudar neste País", com a queda da inflação e das taxas de juro e uma grande redução no número de concordatas e falências requeridas. "A nossa esperança é de que o Brasil possa retornar a esse período de confiança, reinante na época do Cruzado I", acrescentou.

"O PFL TEM QUE ADMITIR DERROTA"

O líder do PMDB na Câmara disse, também, segundo a EBN, que o presidente Sarney não cederá às

pressões do PFL, que quer a reforma ministerial. "O PFL tem que admitir o que até hoje não admitiu: o resultado das urnas em 15 de novembro de 1986, quando foi derrotado. Se houver reforma ministerial, será para atender às urnas, adequando-se o perfil do governo ao perfil definido pelo eleitor no pleito de 15 de novembro", sustentou.

Sobre a formação de um bloco suprapartidário, defendido pelo líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e do surgimento do "grupo progressista" dentro do PMDB, o líder Luís Henrique comentou:

"O PMDB cresceu sempre pelo embate ideológico interno. Historicamente, nosso partido sempre teve grupos autênticos, moderados, pró-diretas, mas nunca grupos divisionistas. Se esses grupos — 'progressista' e 'suprapartidário' — se organizarem para fortalecer o PMDB e lutar para fazer valer as suas idéias, não haverá problema nenhum. O que não podemos aceitar é o divisionismo, que grupos à direita ou à esquerda se organizem para dividir o partido. Isto seria lamentável e o PMDB não suportaria."

Pesquisa mostra as dúvidas do público

A pesquisa realizada pela Standard, Ogilvy & Mather, em junho, logo após a decretação do Plano Bresser, mostra que 69% das quatrocentas pessoas entrevistadas que apoiaram o Plano Cruzado concordaram inteiramente com a implantação do novo plano.

A expectativa do consumidor em relação ao futuro do congelamento, segundo a pesquisa, tende mais para a dúvida ou para o negativo. Cerca de 44% dos entrevistados achavam que o novo plano econômico tende a fracassar, outros 40% tinham dúvidas e achavam que talvez dê um resultado positivo. E apenas uma pequena parcela, correspondendo a 12% dos pesquisados, acredita no sucesso do Plano Bresser.

Entre as principais razões apontadas pelos entrevistados que duvidam ou não acreditam no sucesso do Plano Bresser está a constatação de que "neste plano deu certo até agora; tudo vai acontecer como da outra vez". E muitos deles criticam diretamente o governo: "O povo não acredita mais no governo. Ele está perdendo e não sabe administrar".

O principal alvo das críticas e discordâncias com o Plano Bresser são para os entrevistados, o fim do galitinho salarial e o arrocho nos salários, que corresponde à opinião de 36% dos entrevistados.

O FUTURO DO PLANO BRESSER ("O/A sr./a, acha que o novo plano econômico do governo...")

BASE: Amostra	TOT (400)	HOM (200)	MUL (200)
	%	%	%
• Vai dar certo	12	14	11
• Talvez dê certo	40	39	40
• Não vai dar certo	44	43	45
• Não sabe	4	4	4

Fonte: Standard, Ogilvy & Mather

Tasso contra diretas-já e parlamentarismo

por Carlos Lovizoro de Fortaleza (Continuação de 10ª página)

Independente de ser adotado, cita para exemplificar a superficialidade da discussão em torno do assunto, a observação que lhe foi feita por um correspondente de um jornal estrangeiro presente à convenção do PMDB, realizada no último fim de semana. "Votou-se em aberto para se definir como seria a votação sobre a oportunidade de se estabelecer o tempo do mandato presidencial. Depois votou-se secretamente para decidir que não se votaria o tema, transferindo-o para a alçada da Assembleia Nacional Constituinte."

De qualquer forma, Jereissati acredita que o resultado da convenção não representou uma derrota para o presidente Sarney. "O presidente pode não ter a maioria dos convencionais do PMDB a favor de um mandato de cinco anos, mas talvez tenha a maioria dos parlamentares do partido e da Assembleia Nacional Constituinte do seu lado, o que é que importa."

O governador do Ceará também critica o emocionalismo que tomou conta dos debates referentes aos grandes problemas nacionais: "A cena política está dominada pelas extremas esquerda e direita. Mas existe espaço enorme que precisa ser ocupado entre essas duas polaridades."

Possivelmente, ele admite, que esse espaço será ocupado pelos jovens governadores do PMDB, como Alvaro Dias, Geraldo Mello Amazonino Mendes, entre outros, com quem diz se identificar.

No plano estadual, Jereissati tem colhido bons resultados. Quando assumiu, em 15 de março, o estado tinha oito meses de receitas comprometidas devido ao atraso de três meses no pagamento do funcionalismo e com o gasto antecipado da parcela correspondente a cinco meses do Fundo de Participação dos Estados e Municípios (FPEM). "Hoje o funcio-

nalismo está em dia e liquidarei até o final do mês o último débito com o FPEM." Mesmo assim, o estado encontra-se em débito com a iniciativa privada e conta com a rolagem de sua dívida de CZ\$ 25 bilhões, pelo governo federal.

A arrumação da casa exigiu uma série de medidas drásticas, a começar pelo corte dos "galitinhos" salariais do funcionalismo e pela eliminação de 14 mil vagas no serviço público e de uma meta de 30 mil, mediante o rompimento de contratos irregulares de servidores, desvinculação daqueles que estavam à disposição e proibição da acumulação de funções. "A folha de salários, quando assumi, correspondia a 10% acima das receitas somadas do ICM e do FPEM e, hoje, só representa 70% do total", observa.

Além disso, Jereissati tomou uma série de decisões para ampliar a receita, ressaltando, entre elas, a transferência do domicílio dos fiscais da Fazenda. "Conseguimos um aumento de 220% na arrecadação no interior do estado", informa.

O governador cearense, no entanto, reconhece que ainda está longe do resgate do seu estado da miséria, mas tem planos para ampliar a renda "per capita", substancialmente. O principal deles é a instauração, no Ceará, de distritos industriais de processamento para a exportação, um plano que está sendo elaborado pelo Ministério da Indústria e do Comércio para as regiões Norte e Nordeste.

"Temos vocação para permitir a instalação de indústrias leves de confecções e eletrônica, entre outras."

Na sua concepção, essas indústrias se instalarão no Ceará usando a conversão da dívida externa brasileira em capital de risco. "Precisaríamos de uma definição de um montante mínimo para as regiões Norte e Nordeste", defende. "E, igualmente, destinar uma parcela pequena da produção, talvez uns 10% para o mercado interno", completa.

Para Magalhães, a hora de romper já passou

Rompendo um compromisso que assumira consigo mesmo, de evitar tanto quanto possível externar opiniões divergentes da cúpula nacional do PFL, o ex-governador de Pernambuco Roberto Magalhães discordou na última sexta-feira de uma eventual afastamento do seu partido para com o governo Sarney. Para ele, "a hora de romper já passou", e esta seria justamente após as eleições de novembro, quando o resultado das urnas apontou uma vitória do PMDB em praticamente todo o País.

Na época, as declarações do ex-governador foram encaradas nos meios políticos como um desabafo pela derrota, por muitos incompreendida, de sua candidatura ao Senado.

Deixando claro que diverge da postura adotada pelo seu partido, Roberto Magalhães reforça a sua tese mostrando uma pesquisa feita em São Paulo, na qual o PFL aparece em quinto lugar na preferência do eleitorado, com apenas 2% de média ponderada. Ele atribuiu esse resultado, conforme a Agência Globo, à ausência de um partido de centro que canalize, na oposição, as insatisfações do eleitorado e se apresente como alternativa de poder em futuras eleições presidenciais.

Sarney vai reunir os líderes

por Carlo Iherê de Freitas de Brasília

O presidente da República vai reunir nos próximos dias as lideranças pemedebistas que o apoiam com o presidente do partido, Ulysses Guimarães, e o líder Carlos Sant'Anna, para fazer uma avaliação conjunta do PMDB depois da convenção e da iminente formalização de um bloco de centro, suprapartidário, que, além de sustentar o presidente José Sarney no Congresso, vai unificar posições para as futuras votações na Constituinte.

A informação é de um dos principais interlocutores do presidente no Congresso, deputado Prisco Vianna (PMDB-BA). O deputado, como gosta de dizer, atualmente não ocupa nenhum cargo formal dentro do partido, mas usa sua longa amizade com o presidente e sua velha experiên-

cia parlamentar, sempre exercida dentro de um partido no governo, para ser um dos que trabalham pela complementação da transição democrática.

Prisco Vianna não tem dúvidas "quanto à geração espontânea" de um grupo ou bloco que se está organizando, para tentar "uma maioria de pensamento uniforme, liberal-moderado — porque o Brasil não é um país de extremos —, para exercer influência decisiva dentro da Constituinte".

Esse grupo, continua o deputado, "aos poucos vai juntando suas afinidades para não frustrar a expectativa nacional, que deseja um texto que preserve alguns princípios fundamentais da sociedade brasileira de viver em democracia, em liberdade, em regime de livre iniciativa, num capitalismo moderno, huma-

nizado, preocupado com o social", explicou.

Moderado, o deputado não acha que a nova Constituição corra qualquer risco de ficar ultrapassada num curto período de tempo, pois acredita que ela vai ficar mesmo no centro. "A posição de centro não significa uma posição reacionária, retrógrada", argumenta. "Nós queremos que a Constituinte avance para reformas importantes. Não é preciso ser de esquerda para ser progressista". O centro não é imobilista, assinala Prisco Vianna.

O deputado também não acredita que o presidente da Constituinte venha exercer a liderança do "novo bloco", esse grupo vai-se formar sem liderança formal, "por coincidência de posições", previu.

pelos cálculos iniciais, eles devem obter a maioria, pois ficam de fora do grupo apenas os partidos

"Ampliar aliança custa caro"

por Cecília Pires de Brasília

O senador José Richa criticou a idéia, lançada na última semana pelo PFL, de ampliação da Aliança Democrática na ocupação dos cargos de governo e a formação de um bloco suprapartidário de apoio ao presidente Sarney. "Isto sai caro", disse o parlamentar. "Peca difícil uma sustentação desse tipo. Como pretender formar maioria de 280 parlamentares no Congresso Constituinte? Isso só seria possível de maneira fisiológica", afirmou o senador, em entrevista a este jornal, na última sexta-feira.



José Richa

Richa também contestou as afirmações do PFL de que o partido deve ampliar espaços no governo porque vem sustentando praticamente sozinho o presidente Sarney, em virtude da divisão do PMDB. "Os mesmos problemas internos que o PMDB tem, o PFL também tem. E vi os levantamentos feitos (pela Se-

plan). Tem mais gente do PFL criticando o governo, nos discursos da Constituinte, do que gente do PMDB."

Na opinião do senador, o único ponto em que o partido não está concordando com o governo é quanto ao mandato do presidente Sarney. "É isto é uma questão transitória da Constituinte, que na oportunidade certa, deverá ser objeto de enten-

dimento entre o PMDB, o PFL e o presidente Sarney." E pelo PMDB, no entanto, que ainda passa a sustentação do governo, segundo Richa. Por isso, o parlamentar defende a unidade do partido em torno da figura do presidente Ulysses Guimarães e da união das forças entre o grupo de Ulysses e o de Covas, do qual faz parte.

"A unidade do partido passa pelo presidente do PMDB. Não há como negar a importância de Ulysses no processo todo. E o mais importante é que cada um tem de ter uma dupla perspectiva. A Constituinte, onde tem de haver um entendimento intra e suprapartidário e o outro que é a relação Congresso-governo. Tanto o PFL quanto o PMDB devem dar sustentação parlamentar ao governo, o que não está faltando, na medida em que todas as mensagens do Executivo têm sido aprovadas. Isto deve continuar até que o processo de transição esteja terminado", afirmou.

Arraes só vê saída pela negociação

A ação isolada de grupos dentro do PMDB foi condenada na sexta-feira pelo governador Miguel Arraes, ao se referir à criação do Movimento Unidade Progressista (MUP) que congrega os setores mais à esquerda do partido.

Para ele, a elaboração de uma Constituição que "ataque de frente" os principais problemas enfrentados pela população só será possível através de acordos que reúnam os mais diversos setores, mesmo os mais antagonistas.

Na opinião do governador, o MUP, sozinho, não dispõe de meios para dotar a nova Carta de Mecanismos que possibilite maiores avanços sociais. Citando a questão do solo urbano — a qual se havia referido momentos antes, quando da assinatura de convenções com o ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz —, ele frisou que para "abocar com latifúndios urbanos" é necessário "negociação e entendimento". E foi muito claro.

"Uma tática equivocada"

O vice-líder do PMDB no Senado, José Fogaça (RS), acusou na última sexta-feira o presidente José Sarney de desenvolver uma "tática equivocada" ao tentar promover a divisão de seu partido, o que poderá resultar em um "desastre no processo de transição democrática". Ele citou o episódio de indicação do novo ministro da Fazenda e a orientação presidencial para a convenção do partido, onde estimulou o confronto entre os defensores das quatro e cinco anos de mandato. "Se isso acontecer, o governo excluirá de seu apoio os setores históricos e progressistas do PMDB, para se manter no poder com o apoio apenas da direita pemedebista, sob a tutela militar, que novamente se alojará no processo político."

Fogaça previu que o mandato de quatro anos ainda pode vir a ser aprovado pela Constituinte.

Ele acredita que o setor progressista conseguirá o apoio da ala histórica do partido, representada pelo presidente Ulysses Guimarães. O senador gaúcho defendeu a preservação do PMDB, através da aliança histórica entre esquerda e centro-esquerda partidária, segundo apurou a Agência Globo.

"O MUP, temos de reconhecer, não tem, na Constituinte, os votos necessários para aprovar um dispositivo como esse. E preciso que haja um acordo com outras áreas do Parlamento para que a nova Constituição dê ao povo mais do que as outras deram",

acentuou Arraes, para quem "não se pode ficar muito amarrado a princípios já ultrapassados, o que seria um risco muito grande", disse à AG. A grande frente política que o governador Miguel Arraes construiu durante a campanha, e que o ajudou